

Luta ★ Social

Abril – 2005

luta_social@sapo.pt • http://luta-social.blogspot.com/

Boletim nº

2

Editorial

Um colectivo anti-autoritário só poderá legitimamente definir-se como tal se desenvolver o pensamento crítico de seus membros e de todas as pessoas que entram em relação com ele.

É graças a tal pensamento que cada qual constrói a interpretação da sua realidade social. Somente um pensamento crítico permite fugirmos à mais totalitária das mentiras dos nossos tempos: a de que vivemos num mundo de liberdade, de múltiplas oportunidades de escolha, etc. É ele indispensável para haver distanciamento em relação aos não-valores do deus-consumo, que esta sociedade nos tenta a todo o momento impor.

Porém, não se “ensina” o pensamento crítico, nem faria sentido tal coisa. Mas podemos colocar elementos da realidade, não distorcidos ou manipulados, debaixo dos olhos das pessoas. Elas poderão fazer sua avaliação de quanto é passado sob silêncio, no meio de uma algazarra de futilidades e discursos ociosos.

Tomando conhecimento dos factos da luta social, da autêntica “guerra de classes” levada a cabo na sociedade capitalista presente, podemos compreender até que ponto somos mantidos numa espécie de bolha informativa que diz muito, para não dizer nada de verdadeiramente significativo. Não se trata de inculcar a nossa ideologia ou visão do mundo, embora não tenhamos qualquer pretensão de sermos “neutros”, mas antes de permitir outra leitura da realidade e de tornar conhecidas e susceptíveis de solidariedade, as lutas sociais do presente.

O 1º de Maio é luta!

Concentração às 14h. Praça de Alvalade,
Lisboa

(à saída do metro)



RUMO A OUTRO SINDICALISMO

No final do século XX, princípio do século XXI, os *aparelhos sindicais* ditos maioritários começaram a ser corroídos pela força de vários factores.

A *ofensiva do neoliberalismo*, não contrariada nos factos, mas apenas em termos retóricos, pôde reclamar para si a vitória de ter “a seus pés” as históricas organizações do movimento operário, os sindicatos e as centrais sindicais.

Entre nós, a CGTP realizou, nos anos noventa, a transição para um sindicalismo dito “de acompanhamento” (ou seja, de concertação social permanente), mas tentando preservar junto dos activistas uma imagem de combatividade. Assim, a CGTP começou a participar “de pleno direito” na *CES* (Confederação Europeia de Sindicatos), a *antena sindical da Europa das corporações*, sob a batuta da Comissão Europeia e de todos os organismos especializados no diálogo social ao mais alto nível, ou seja, longe do olhar indiscreto da militância sindical.

Neste país, CGTP e UGT apenas reflectem as *forças políticas* que as dominam e que delas tiram toda a espécie de dividendos: não apenas em termos de força de manobra política, como, por exemplo, terem funcionários do partido pagos, a tempo inteiro, como funcionários ou dirigentes sindicais.

A *inexistência de forças sindicais autónomas e anti-capitalistas*, levou a que Portugal seja o país da U.E. onde as medidas neo-liberais “passem” mais facilmente. Isto *demonstra cabalmente duas coisas*:

- 1- *Perdem os trabalhadores* quando as lutas são orientadas por objectivos político partidários, ou seja, admitindo o controlo de políticos no seio do movimento sindical e dos trabalhadores.
- 2- *Necessitamos construir, desde a base, um movimento autónomo, realmente independente*, ou seja, sob o controlo de nós próprios; *anti-capitalista*, ou seja, pelo derrube deste sistema iníquo; e com *autêntica solidariedade de classe*, ou seja, com a luta de todos os “desapossados”, sejam eles assalariados efectivos, precários, desempregados, reformados, imigrantes, etc.

[Continua pág.2]

Crónica da guerra de classes

Em vários países europeus existem sindicatos /centrais sindicais que **não** participam na CES. São **uma expressão concreta do sindicalismo de base, anti-capitalista** (França: SUD e CNT-F; Itália: UNICOBAS, CUB e ORSA.; Espanha: CGT, CNT e SO...) . Eles têm desempenhado papel de relevo nas mobilizações, recusando-se a serem mera força auxiliar das "grandes" centrais sindicais. Estes sindicatos **organizam acções** diversas, ao nível nacional e europeu , intervindo de forma inteiramente autónoma. Entre muitos exemplos, citamos a **greve geral europeia** dos caminhos de ferro em Março 2003 contra a sua privatização e a **greve geral do ensino** de Maio de 2003 em França, contra o prolongamento da idade da reforma.

Onde existe um **movimento sindical autónomo**, as lutas contra os cortes nos direitos sociais, contra a precariedade, contra as políticas discriminatórias de imigração, etc. têm **maior** expressão e dinamismo. Estes sindicatos, com outras organizações do movimento social, **têm impedido** que os ataques neo-liberais se desenvolvam em toda a sua amplitude.

No quadro do sindicalismo alternativo, de base e de classe, realiza-se uma reunião do sector Educação, promovido **pela FESAL-E** (<http://www.fesal.it>), na Biblioteca-Museu da República e Resistência, a 8 de Maio (Domingo) pelas 16 h. Estás convidado/a a participar nesta sessão.

Educação, processo cultural ou mercadoria ?

Em Portugal, a discussão das políticas educativas está normalmente restrita aos actores institucionais, partidos, governo, associações sindicais e de pais, mas sem verdadeiro esclarecimento do que está em jogo, para que se alargue o debate à sociedade em geral.

Os temas candentes são assim transformados em « senhas » ou « palavras-chave » que pouco ou nada dizem a quem não participa directamente no poder ou a ele esteja associado. Exemplo disso é o **processo de Bologna**, tido normalmente como positivo, porém sem qualquer reflexão crítica. Ele é apresentado como se tratasse apenas de uniformizar progressivamente a duração dos ciclos do ensino superior. Só esse aspecto é referido, o mais inócuo, deixando na sombra os aspectos polémicos e que poderiam levantar questões. Ora, este tal processo **não é a panaceia** que nos querem fazer crer; implica recuos e riscos muito graves ao próprio direito à educação e à formação.

O seu objectivo essencial é a criação de uma **grande área europeia para a Educação**, decidida pelos governos da U.E. em Lisboa, em 2000 e em Barcelona, em 2002. Trata-se de fazer da Europa «**a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo**». Desde então, o processo concretizou-se e acelerou-se. Após o ensino superior e a formação profissional, é agora a vez dos sistemas educativos no seu todo e da formação, em 40 países europeus envolvidos na corrida ao reforço da competitividade e à mercantilização da Educação.

Uma educação livre, crítica e emancipadora é um bem essencial das nossas sociedades. Mas os governos dos países europeus, **segundo as regras ditadas pela O.M.C.** (Organização Mundial do Comércio) querem reduzi-la a um **instrumento ao serviço da economia e submetê-la às regras do mercado**. As normas mundiais estabelecidas pelo A.G.C.S (Acordo Geral de Comércio e Serviços) são a **mercantilização programada** do conjunto dos sistemas educativos europeus. Do jardim de infância à universidade, as regras da competitividade e da eficiência económicas invadem progressivamente todos os domínios : organização do trabalho, métodos pedagógicos, organização os estabelecimentos, orçamentos, etc.

Face a esta evolução, **o que podemos fazer**, nós estudantes, professores, pais de alunos e outros cidadãos Poderemos alhear-nos desta questão essencial que toca ao fundamento da nossa sociedade europeia ? Que lugar teremos, que garantias de acesso, nas escolas ou nas universidades, se estas se transformarem em meras unidades económicas competitivas e submissas aos interesses das empresas? Em que se vai transformar o **direito fundamental e universal à educação** num sistema apenas preocupado com a "empregabilidade" no curto prazo e numa perspectiva de lucro?

Não defendemos o **statu quo** que mantém e reproduz as desigualdades sociais, nem um grande mercado do «espaço europeu da Educação» imposto pelas **exigências da nova ordem económica mundial**.

Queremos uma **educação aberta** a todos, garantindo **acesso livre ao saber** e à **escolha da vocação** de cada um. As necessidades dos estudantes e das nossas sociedades traduzem-se por **uma formação**

IPARADISO na Rua do Passadiço, Lisboa, foi desocupado na madrugada de 15 de Abril pela PSP, Polícia Municipal e PJ. Seus ocupantes foram detidos e encaminhados para a esquadra na Praça do Comércio, em Lisboa. Ao que parece, a desocupação foi feita de forma ilegal, já que não apresentaram nenhuma ordem judicial para o despejo. Enfim, nesta nossa sociedade, cada vez mais a liberdade está ameaçada pelos donos da democracia.

30% DOS TRABALHADORES NEM CONTRATO TÊM . 30 por cento dos trabalhadores da restauração e bebidas nem contrato têm; 75 por cento cumprem horários excessivos e em quase todos os estabelecimentos faltam condições de saúde e segurança no trabalho.

O trabalho dito "clandestino" e as jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais significam lucros fáceis para o patronato, significam sobre-exploração.

TRANSPORTES-NOVOS AUMENTOS EM MAIO... em cerca de 3, 7 por cento anunciou o governo. O argumento é sempre o petróleo e os governos não sabem governar sem aumentar os preços, que é o mais fácil e qualquer um faz, quando se vê apertado... "o povo que pague, que não tenho dinheiro".

MUNICÍPIO DE LISBOA-TRABALHADORES EXIGEM INSTALAÇÕES DE SAÚDE DIGNAS Depois de se terem feito obras para adaptar um edifício na Alameda das Linhas de Torres para sede da DSHS, o executivo municipal anuncia a sua intenção de instalar os serviços do DSHS noutra edifício, na Quinta do Lavrado, Picheleira. Esta nova opção do Executivo da CML, traduz-se num claro retrocesso quanto às condições a observar para a instalação deste tipo de serviços, como aliás é comprovado por um parecer técnico do Serviço de Higiene e Segurança. As razões da luta dos trabalhadores da DSHS são as razões de luta de todos os trabalhadores da CML, pois são os nossos direitos adquiridos à saúde no trabalho que estão a ser postos em causa.

IVEIRO: YASAKI QUER DESPEDIR 500 TRABALHADORAS.

Esta empresa é apenas mais uma onde ocorre um processo de deslocalização. A resposta eficaz a estas políticas neo-liberais implicaria uma resistência activa, com ocupação dos locais de trabalho, tomada de controlo dos stocks de produtos e matérias-primas, etc... para fazer recuar patrões e o governo coligados. Como noutros casos, o sindicato limitou-se a pedir as "melhores" condições de passagem das trabalhadoras para o desemprego.

PORTUGAL- MUITO TRABALHO E POUCO DINHEIRO . Os trabalhadores portugueses são dos que mais horas extraordinárias fazem, no âmbito da Europa dos 15. Um estudo revela que cerca de 300 mil portugueses trabalham mais de 60 horas semanais, mais 12 h. que as permitidas pela lei geral do trabalho. É o terceiro país com mais horas extra, só estando atrás do Reino Unido e da Irlanda.

Em contrapartida, num estudo sobre gastos laborais, Portugal é o que tem mais baixos salários, sendo o salário nacional médio de 18889 €, contra 28269 €, da média da Europa dos quinze.

independente e crítica e por um ambiente que não seja condicionado pelos interesses económicos, permitindo aos indivíduos emanciparem-se de barreiras sociais, económicas e políticas.